

# **Caderno de Encargos**

- Consulta Prévia -

**CPV 52/2024**

**Aquisição de Ambulância de Socorro  
Tipo B**

## Índice

<b>Capítulo I – Disposições Gerais.....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Caderno de Encargos e Objeto.....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Local da Execução do Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Documentos Contratuais .....	3
Cláusula 4. <sup>a</sup> – Prazo de Vigência .....	4
<b>Capítulo II Obrigações Contratuais .....</b>	<b>4</b>
<b>Secção I Obrigações da Entidade Adjudicatária .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Obrigações da Entidade Adjudicatária .....	4
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Objeto do Dever de Sigilo .....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> - Prazo do Dever de Sigilo.....	5
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Patentes, Licenças e Marcas Registadas .....	5
<b>Secção II – Obrigações da Entidade Adjudicante .....</b>	<b>6</b>
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Obrigações da Entidade Adjudicante .....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> – Preço e Condições de Pagamento.....	6
<b>Capítulo III – Penalidades Contratuais e Resolução.....</b>	<b>7</b>
Cláusula 11. <sup>a</sup> – Penalidades Contratuais .....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> - Força Maior .....	7
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Resolução por Parte da Entidade Adjudicante .....	8
<b>Capítulo IV – Disposições Finais .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 14. <sup>a</sup> – Gestor do Contrato .....	9
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Foro Competente.....	9
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Contagens de Prazos.....	9
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Notificações .....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual .....	10
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Encargos do Contrato .....	10
Cláusula 20. <sup>a</sup> - Normas de Proteção e Tratamento de Dados Pessoais.....	10
Cláusula 21. <sup>a</sup> - Legislação Aplicável.....	12

## **Capítulo I – Disposições Gerais**

### **Cláusula 1.<sup>a</sup> - Caderno de Encargos e Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as condições jurídicas, técnicas e económicas a incluir no contrato a celebrar entre o Município de Coruche e o Adjudicatário cujo objeto consiste na "**Aquisição de Ambulância de Socorro Tipo B**", **em estado novo**, com observância das especificações técnicas constantes no Anexo A do presente Caderno de Encargos.

### **Cláusula 2.<sup>a</sup> - Local da Execução do Contrato**

A ambulância, objeto do presente contrato, deverá ser entregue nas instalações municipais da Zona Industrial do Monte da Barca, no concelho de Coruche, no prazo máximo estipulado na cláusula 4.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.

### **Cláusula 3.<sup>a</sup> – Documentos Contratuais**

1. O contrato será celebrado por escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo da aplicação do disposto no artigo 95º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Para além do clausulado contratual e respetivos anexos, fazem parte integrante do contrato de aquisição os seguintes documentos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para o efeito;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Adjudicatário.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, a Entidade Adjudicatária obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.

4. O estabelecido no texto do contrato prevalece, em caso de dúvida, sobre o que constar dos demais documentos.
5. Havendo contradição entre os documentos que integram o contrato, nos termos do n.º 2 da presente cláusula, a respetiva a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
6. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º deste Código.

#### **Cláusula 4.ª – Prazo de Vigência**

O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento terá a duração de **180 dias** e inicia-se com a publicação no portal “BASE”, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

### **Capítulo II**

#### **Obrigações Contratuais**

##### **Secção I**

#### **Obrigações da Entidade Adjudicatária**

#### **Cláusula 5.ª - Obrigações da Entidade Adjudicatária**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais da celebração do contrato, decorrem para a Entidade Adjudicatária as seguintes obrigações:

- a) Executar as prestações objeto do contrato de acordo com o estipulado nas especificações técnicas do Anexo A do presente Caderno de Encargos;
- b) Comunicar antecipadamente à Entidade Adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações;

- c) Não ceder, sem prévia autorização da Entidades Adjudicante, a sua posição contratual;
- d) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de execução do objeto contratual, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o presente contrato, a sua situação jurídica e o seu registo comercial.

### **Cláusula 6.<sup>a</sup> - Objeto do Dever de Sigilo**

1. O Adjudicatário deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo toda a informação e documentação que fosse comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário, assim como toda a informação e documentação que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades ou outras entidades administrativas competentes.

### **Cláusula 7.<sup>a</sup> - Prazo do Dever de Sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar da extinção, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à prestação de segredos comerciais ou a credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 8.<sup>a</sup> - Patentes, Licenças e Marcas Registadas**

São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, durante a execução do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

## **Secção II – Obrigações da Entidade Adjudicante**

### **Cláusula 9.<sup>a</sup> - Obrigações da Entidade Adjudicante**

Constituem obrigações da Entidade Adjudicante:

- a) Pagar ao Adjudicatário o preço contratual, nas condições estabelecidas no contrato a celebrar;
- b) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
- c) Facultar toda a informação relativa aos bens fornecidos ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado;
- d) Respeitar a legislação aplicável, nomeadamente a legislação ambiental, de segurança bem como os procedimentos que sejam comunicados e exigidos pelo Adjudicatário na utilização das suas instalações.

### **Cláusula 10.<sup>a</sup> – Preço e Condições de Pagamento**

1. A Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o valor constante na proposta, o qual não pode exceder os **74.288,00€ (setenta e quatro mil, duzentos e oitenta e oito euros)**, enquanto preço base do procedimento, valor ao qual acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor.
2. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da respetiva obrigação.
3. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega da ambulância, objeto do presente contrato, em perfeitas condições de ser utilizada para o fim a que se destina.
4. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou cheque.

### **Capítulo III – Penalidades Contratuais e Resolução**

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> – Penalidades Contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Coruche pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 5% do valor da Adjudicação;
  - b) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o Município de Coruche pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 10% do valor da adjudicação.
2. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Coruche tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Coruche pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Coruche exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup> - Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades à Entidade Adjudicatária, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da Entidade Adjudicatária, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre eles recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Resolução por Parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, caso o Adjudicatário viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
- a) Atraso, total ou parcial, no cumprimento das obrigações contratuais superior a um mês ou declaração escrita da Entidade Adjudicatária de que o atraso excederá esse prazo;
  - b) Não cumprimento por parte do Adjudicatário das especificações técnicas referidas no Anexo A do Caderno de encargos.
2. O exercício do direito de resolução terá lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, da Entidade Adjudicatária, da qual conste a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela Entidade Adjudicante.



3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à Entidade Adjudicante nos termos gerais.

## **Capítulo IV – Disposições Finais**

### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – Gestor do Contrato**

Nos termos e para efeitos do artigo 290.ºA do CCP, é gestor do presente contrato o senhor **Nuno Emanuel dos Santos Coroado**, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, sendo substituído por **Luís Miguel Cordeiro Coelho**.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Contagens de Prazos**

Os prazos previstos no contrato de aquisição são contados de acordo com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 17.<sup>a</sup> – Notificações**

1. As notificações entre as partes devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados nos contratos, e efetuadas com suficiente clareza, de modo a que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.
2. Com exceção das situações em que o presente Caderno de Encargos exija uma formalidade especial, as notificações podem ser efetuadas pelos seguintes meios:
  - a) Por carta registada com aviso de receção.
  - b) Por correio eletrónico: [geral@cm-coruche.pt](mailto:geral@cm-coruche.pt)
3. As notificações efetuadas nos termos da alínea a) do número anterior devem ser confirmadas por qualquer um dos meios previstos nas alíneas b) e c), no prazo de 2 (dois) dias.

4. Salvo indicação em contrário, os atos administrativos inerentes à execução do contrato de aquisição só produzem efeitos após notificação, nos termos previstos nos números anteriores.
5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes dos contratos deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 18.<sup>a</sup> - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

A subcontratação pelo Adjudicatário e cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup> - Encargos do Contrato**

As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato escrito são da responsabilidade do Adjudicatário.

### **Cláusula 20.<sup>a</sup> - Normas de Proteção e Tratamento de Dados Pessoais**

1 – O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do RGPD – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016), e demais legislação que lhes seja aplicável relativa a dados pessoais, durante e após o termo do contrato, na parte aplicável, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para efeitos do fornecimento dos bens objeto no presente contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes a lei respeitante aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais, durante e após o termo do contrato;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

- f) Prestar à Entidade Adjudicante, toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter esta entidade informada em relação ao tratamento de dados pessoais obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou termos do instrumento de legalização concedido;
- g) Assegurar o cumprimento do previsto no presente contrato por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, fornecedores de bens, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Adjudicatário e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do presente contrato ou por causa dele;
- j) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do presente contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela referida Entidade Adjudicante;
- k) Adotar medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços que tratam dados pessoais e possuir um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- l) Prestar assistência necessária à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos Direitos privados no RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento dos dados;
- m) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais.
- 2 - O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

### **Cláusula 21.<sup>a</sup> - Legislação Aplicável**

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código de Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

## **Anexo A**

### **Aquisição de Ambulância de Socorro**

#### **1. Objeto**

Constitui objeto deste procedimento a “**Aquisição de Ambulância de Socorro Tipo B**”, em **estado novo**, conforme especificações técnicas do Caderno de Encargos e respetivos anexos.

Ambulância de Emergência: é uma ambulância concebida e equipada para o transporte e prestação de cuidados de emergência médica a doentes urgentes e emergentes

#### **2. Especificações do veículo**

##### **VIATURA:**

**Ambulância de Socorro Tipo B (ABSC), com pintura vermelho RAL3000**

##### **a. Motor:**

- Cilindrada mínima: 1900cc
- Potência mínima: 170 cv

##### **b. Combustível:** Gasóleo

##### **c. Equipamento de série, mínimo:**

- Airbag do condutor e passageiro
- Ar Condicionado na cabine
- Volante ajustável
- Caixa Automática
- Radio CD com Bluetooth
- Fecho central, vidros e retrovisores com comando elétrico
- Câmara de marcha atrás
- GPS integrado
- Respeitar a norma europeia EN 1789

##### **d. Especificações Base**

**i. Cabine de Condução**

- Dois lugares na cabine;
- Display de comando de luzes e sirene;
- Disjuntor unipolar de proteção (220 V);
- Tomada de 12 V;
- Tomada de 220 V;
- Luz de leitura de mapas;
- Intercomunicador entre a cabine e a célula sanitária;
- Suporte para um extintor;
- Corta-Corrente;
- Consola central.

**ii. Célula Sanitária**

- Estrutura Interior reforçada com tratamento anti-corrosão;
- Divisória rígida de separação entre cabine e célula sanitária, equipada com dois vidros móveis que permitam a comunicação;
- Piso e painéis com revestimento térmico e acústico, em material lavável;
- Um **Carrinho/maca monobloco** com 4 rodas direcionais, certificado em conformidade com a norma EN 1865-1, colocado na lateral esquerda da célula sanitária, cobertura dos pés da maca com inclinação ajustável em quatro posições, quatro punhos extensíveis, com colchão forrado a material lavável, não absorvente, cintos de segurança tipo colete, apoio de pés, apoios de braços rebatíveis e suporte de soro amovível. Maca destacável do carrinho. Carrinho com pernas articuladas e seis posições de altura para ajustar às diferentes necessidades;
- Um Charriot, em conformidade com a norma EN 1865-5 de concepção, estrutura em alumínio, que permite a deslocação do conjunto maca/carrinho ao centro, movimentação transversal e longitudinal, acrescido de sistema TRENDLEMBURG ou equivalente;
- Dois Bancos individuais, equipados com encosto de cabeça e cintos de segurança de 3 pontos, revestidos em napa ignífuga, lavável, com

características antifúngicas e antibacterianas, em conformidade com a norma EN 1789. As fixações dos mesmos ao piso da viatura encontram-se homologadas de acordo com o Regulamento Europeu R14, R16 e R17, sendo um colocado à cabeceira da maca (no sentido contrário ao de marcha) e outro rotativo e rebatível na parte lateral direita;

- Suporte para duas garrafas de oxigénio de 20 litros;
- Suportes para oxigénio portátil;
- Dois suportes para soro;
- Dois Varões longitudinais no teto da célula;
- Calha de iluminação em Led, com luz de penumbra;
- Dois focos de luz de intensidade variável;
- Ventilador elétrico com sistema de extração/introdução de ar aplicado no teto da célula;
- Vários armários para primeiros socorros;
- Suporte para cadeira de transporte C600;
- Suporte para Plano duro adulto e Plano duro pediátrico;
- Suporte para DAE;
- Armário com prateleiras para colocação de sacos de primeiros socorros;
- Lavatório com água fornecida por bomba elétrica;
- Porta toalhetes e saboneteira;
- Armário com gavetas para acomodação de equipamento, com frente em diversas cores, de acordo com a portaria;
- Contentor de cortantes;
- Ar Condicionado quente e frio, com comando independente, manual e automático;
- Sistema de aviso entre a célula e a cabine de condução;
- Conversor de corrente 12/220v 1500w com 2ª bateria e carregador;
- Quatro tomadas de 12 V e quatro de 220 V;
- Projetor orientável e destacável em led, aplicado na parte de trás da célula;

- Display de Comandos digital;

### iii. Exterior do Veículo

- Degrau lateral elétrico automatizado;
- Dois rotativos de cor azul com tecnologia led;
- Ponte frontal azul com tecnologia led;
- Dois sinalizadores azuis led aplicados na grelha frontal;
- Sistema acústico de cinco tons com potência de 100 W e alta voz;
- Oito sinalizadores intermitentes laranja aplicados nas laterais do tejadilho;
- Dois projetores de iluminação em led aplicados nas laterais da viatura;
- Tomada exterior de 220 V *auto-eject*;
- Todos os vidros da célula sanitária foscados a 2/3 com papel especial autocolante de modo a garantir a privacidade do paciente;
- Decoração exigida por portaria e Regulamento de Transporte de Doentes

### iv. Quantidades e Equipamentos exigidos

Equipamento exigido por Portaria n.º 1147/2001, de 28 de setembro com as alterações introduzidas pelas Portarias n.ºs 1301-A/2002 de 28 de setembro e 402/2007 de 10 de abril, para Ambulância do Tipo B, nas quantidades previstas nos quadros abaixo mencionados:

#### QUADRO I

QTD.	EQUIPAMENTO
1	Maca de vácuo
1	Maca tipo Pluma ou Radimax, ou equivalente.
1	Maca de transferência
1	Cadeira de rodas (C600).
1	Colete de extração.
1	Plano duro longo com imobilizadores de cabeça, e aranha.



8	Conjunto de colares cervicais Nec Loc, ou equivalente, de 2 peças.
1	Conjunto de talas de Madeira com bolsa de transporte (2 unidades de 50 cm; 90 cm; 120 cm x 7 cm).
1	Estetoscópio Adulto.
1	Esfigmomanómetro portátil adulto.
1	Termómetro digital.
1	Lanterna para observação.
1	Analizador de glicémia com lancetas e tiras reagente (10).
2	Lençóis para queimados.
3	Malas/saco para acondicionamento de material Azul, Verde e Amarelo.
1	Sistema completo de oxigénio para duas garrafas de 20 lts 1 doente SEM GARRAFAS <b>(1). Inclui:</b> Máscara de oxigénio Adulto; embutidor curvo para oxigénio; redutor FX de oxigénio voltado; debitómetro de coluna; tomada dupla de oxigénio e copo humidificador.
1	Suporte para Sistema de oxigénio portátil.
1	Aspirador elétrico com bateria Weinman basic, ou equivalente, com copo descartável.
1	Tubos orofaríngeos/guedel (Conj. 8 unidades, nos tamanhos 000;00;0;1;2;3;4;5).
1	Tubos nasofaríngeos (conjunto de 4 elementos) Adulto e Pediátrico.
1	Máscara para ventilação boca/máscara.
1	Insuflador manual Adulto, com 2 tamanhos de máscara; filtro de insuflador; tubo de extensão e saco enriquecedor O2.
1	Insuflador manual pediátrico, com 2 tamanhos de máscara; filtro de insuflador; tubo de extensão e saco enriquecedor O2.
4	Sondas de aspiração adulto (CH12; CH14; CH16; CH18).
2	Sondas de aspiração pediátrico (CH6; CH8).
4	Sondas nasais adulto (CH12; CH14; CH16; CH18).
2	Sondas nasais pediátricas (CH6; CH8).
4	Cânulas nasais Adulto, (Óculos O2).
4	Cânulas nasais pediátricos, (Óculos O2).
5	Máscaras descartáveis oxigénio com prolongamento Adulto.
5	Máscaras descartáveis oxigénio com prolongamento Pediátrico.
5	Máscaras descartáveis oxigénio com prolongamento Alta concentração Adulto.
5	Máscaras descartáveis oxigénio com prolongamento Alta concentração Pediátrico.
1	Cobertura isotérmica.
20	Lençóis descartáveis.
1	Contentor Cortantes.
10	Sacos p/ vômito.

1	Tina em forma de rim.
1	Arrastadeira.
1	Urinol.
15	Luvas cirúrgicas estéreis S; M; L.
1	Luvas não estéreis disposable (cx 100).
1	Kit de partos.
1	Saco transporte de cadáveres.
2	Coletes retroreflectores EN471.
2	Par de luvas de proteção.
2	Capacetes de proteção.
2	Óculos de proteção.
1	Corta cintos de segurança.
1	Lanterna portátil c/ acumulador de energia.
1	Extintor de 6 kg.
1	Rádio de comunicação <u>Banda Alta com antena e montagem.</u>
1	Material para tratamento de queimaduras (4 unid. 500 ml de SF e 40 compressas esterilizadas 20x20cm).
1	Material de limpeza e desinfecção de feridas (2 unid. 100 ml de SF; 5 SF até 30 ml; 45 compressas esterilizadas 10x10 cm, 4 unid. Iodopovidona até 30 ml).
1	Rádio SIRESP, com fornecimento de antena e montagem.
1	Coluna de som para célula sanitária com ligação a rádio de comunicações e com comutador ON/OFF.
1	Monitor sinais vitais com ECG, SPO2, NIBP e Temperatura. Fornecido com impressora, acessórios adulto e pediátrico, saco e suporte para ambulância.

## QUADRO II

QTD.	EQUIPAMENTO
1	Sistema Wig Wag nas óticas da viatura
1	Imobilizador pediátrico completo com imobilizador de cabeça PediLoc, ou equivalente
1	Película de escurecimento nos vidros de célula sanitária

*NOTA: Nos termos e para cumprimento ao disposto no artigo 49.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de Agosto, é proibida a fixação de especificações técnicas que façam referência a um fabricante ou uma proveniência determinados, a um processo específico de fabrico, a marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção, que tenha por efeito favorecer ou eliminar determinadas entidades ou determinados bens, pelo que toda e qualquer referência no presente procedimento ao abrigo do*

*exposto é meramente indicativa, considerando-se sempre essa indicação como sendo “ou Equivalente”.*

### **3. Fornecimento dos bens**

- Os bens objeto do presente contrato devem ser fornecidos com todos os elementos que permitam a sua total operacionalidade, e dotados das quantidades, características, especificações e requisitos técnicos e operacionais previstos no presente Anexo.
- O fornecedor deverá apresentar proposta onde indique o preço para o fornecimento dos bens objeto do contrato, devendo o preço refletir todos os custos, encargos e despesas nos termos do disposto no caderno de encargos.

### **4. Garantia**

Garantia mínima da viatura, incluindo a transformação e os equipamentos: Três anos.

### **5. Homologação da Transformação**

O preço contratual deverá incluir os custos de despesas de legalização (homologação da transformação).